

35.º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 16: Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder

**O que escrever quer dizer na política?
Carreiras políticas e gêneros de produção escrita**

Igor Gastal Grill (PPGCSOC-UFMA)

Eliana Tavares dos Reis (PPGCSOC-UFMA)

Apresentação

Os estudos sobre as relações entre intelectuais e a política têm se debruçado sobre períodos de menor ou maior (in) distinção entre esses domínios, sobretudo no que tange às atividades e ao recrutamento social dos agentes. A ênfase geralmente recai sobre os processos históricos e os condicionantes sociais de diversificação e autonomização (sempre relativa) das esferas culturais e políticas. O que não significa um entrave para que elas sejam constantemente interseccionadas (na prática militante ou nas formulações acadêmicas, por exemplo) e que se traduzam na definição de papéis e problemáticas legítimas, mobilizando agentes com características e trunfos específicos, responsáveis pela produção e manipulação de bens simbólicos.

No Brasil, há muitas discussões sobre as interferências da “política” no trabalho intelectual, no entanto poucas são as pesquisas que têm aportado sobre a importância da produção intelectual no trabalho político. Isso não somente como estratégia de apropriação de produtos concebidos nos mundos culturais (literatura, ciência, filosofia, religião, etc.), mas também como uma dimensão significativa da própria atividade política ou trunfo contundente para a conquista de posições relativamente bem alocadas neste espaço de concorrência.

Qual o lugar, os significados e os usos da produção escrita entre os agentes que se especializaram na ocupação de cargos eletivos? O que ela informa sobre os vínculos, trânsitos, critérios e registros duplos, enfim, amalgamas que se estabelecem entre produção intelectual e atividade política profissional? Tais indagações vêm orientando uma reflexão mais ampla sobre o trabalho de escrita (memórias, ensaios, romances, poesias, artigos, etc.) entre profissionais da política no Brasil, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade Federal do Maranhão.

Propõe-se no presente artigo indicar algumas pistas sobre o peso de determinados tipos de investimentos “intelectuais”, notadamente no tocante à produção de livros, na carreira de agentes profissionalizados no exercício de mandatos políticos. Mais especificamente, são apreendidas as relações entre a diversidade de gêneros de escrita e as modalidades de atuação privilegiadas por profissionais da política. Esse recorte foi realizado com base no desdobramento de estudos anteriores ou em andamento, nos quais as “obras” de autoria de “políticos” integram *corpus discursivos* reveladores, no mínimo, de quatro aspectos imprescindíveis do trabalho de constituição e disputas em torno do *nomos* do espaço político.

O primeiro se refere à verificação de um duplo e indissociável reconhecimento conquistado por agentes que se afirmam como porta-vozes de “causas” legítimas contando com a notoriedade enquanto “intelectual” e a reputação de “comprometimento político”, aplicados em produções

escritas mais generalistas sobre “projetos de sociedade”, ou de cunho mais técnico que compatibilizam *saberes* profissionais e questões sociais/políticas (REIS, 2011, 2008a e b);. O segundo diz respeito ao caráter consagrador ou detrator da construção de “etiquetas políticas” ou “ismos” para o qual contribuíram o gênero de escrita biográfica ou histórica (GRILL, 2010). O terceiro concerne ao trabalho simbólico de auto-apresentação e de administração de identidades estratégicas, bem como de teorizações nativas fornecidas por parlamentares acerca de regras, papéis e definições concorrentes relativos ao jogo político, presentes em relatos autobiográficos ou memorialísticos (GRILL, 2011). E, por último aspecto, se destaca a politização de bens culturais como poemas, romances, peças de teatro, letras de música, entre outros, orquestrada por agentes empenhados tanto nos domínios culturais como nas suas carreiras políticas, sinalizando para as fronteiras fluidas, os terrenos incertos, as intersecções de lógicas que imbricam atividades consideradas “intelectuais” e a militância política (REIS e GRILL, 2008).

As investigações têm sido realizadas tomando-se duas configurações regionais contrastantes (Rio Grande do Sul e Maranhão), em diferentes momentos históricos e dinâmicas de concorrência. Visando aprofundar alguns dos elementos identificados no exame dos processos de especialização política e das interdependências entre lógicas e princípios políticos e intelectuais, o escopo de investigação foi ampliado em termos geográficos e o foco de análise foi restringido à produção de obras por políticos profissionais que alcançaram o cume da hierarquia de postos políticos. Em face da necessidade de recorte e da disponibilidade de fontes biográficas, são abarcados agentes que ocuparam cargos como Senador e como Deputado, independentemente de terem ou não passado por posições mais ou menos periféricas (como vereança) ou centrais (como ministérios). Parte-se da idéia de que a propensão para escrever livros aumenta correlativamente à ocupação de posições situadas no topo da pirâmide política, estando, portanto, nesse universo delimitado para a investigação, o grosso dos escritos fornecidos por esta categoria de agentes.

As difusas e móveis fronteiras entre o trabalho político e o intelectual

Sabe-se que personalidades públicas são eternizadas em monumentos erguidos, documentos armazenados e interpretações oferecidas sobre seus feitos e as conjunturas das quais participaram. Tais interpretações, retrospectivas ou não, oferecidas por historiadores, jornalistas, cientistas sociais, entre outros, alinham-se no trabalho social de invenção das posições e papéis políticos. Ou seja, em que diferentes categorias de agentes, com diferentes e múltiplos créditos e rendimentos, empenham-se em dizer o que é (ou deveria ser) "a política" ou "o político" em determinadas condições sociais e históricas. É claro que o “ponto de vista” dos intérpretes varia em função das pautas legítimas, das disputas e do lugar a partir dos quais falam. É preciso, pois, considerar como

investimento de pesquisa relevante o de observar as condições de recepção e percepções variáveis de escritos, constantemente submetidas a revisões conforme as diferentes configurações relacionais de luta que, por sua vez, se traduzem em questionamentos, reabilitações, detrações, heroicizações, etc. atribuídos aos "autores" e às "obras" (CASTRO FARIA, 2002; GARCIA Jr, 1993a; ALMEIDA, 2008).

No entanto, para o momento, a questão que se coloca é quando o papel de descrição, registro ou análise é operado por agentes que procuram sair daquele "estado" de "objeto" de apreciação para pretender ao de "sujeito". Lançando mão de diferentes recursos sociais, culturais e ideológicos que dispõem (ou que estão disponibilizados) podem pontuar temáticas consideradas relevantes e adentrar no universo da produção de bens simbólicos considerados mais legítimos (como a escrita). Fala-se, então, de uma circunstancia em que as lideranças políticas apresentam definições de si e dos demais, apropriam-se de meios não necessariamente monopolizados por outros domínios de competências, e ainda podem atestar a sua capacidade de reflexão e distanciamento do "posto" (LE BART, 1998, 2005; LE BART e NEVEU, 1998; NEVEU, 2003, 1992).

De modo geral, pode-se apostar em cinco aspectos (conectados) fundamentais que explicitam, ao menos em parte, as lógicas subjacentes aos empreendimentos de escrita dos agentes ora investigados.

O aspecto mais geral diz respeito à possibilidade de entender a dinâmica política nas suas relações de interdependência com outros domínios sociais. As intersecções legítimas e valorizadas entre esses domínios (particularmente os políticos e os intelectuais) são produzidas e sustentadas justamente pela circulação dos agentes e acarretam em efeitos de hierarquização em diferentes níveis. O que vai ao encontro da importância, ressaltada por Le Bart (1998, p. 76), de se "analisar as interações entre campo 'literário' e campo político para perceber complementaridades, superposições, eventualmente deslocamentos distintivos entre *métier* (s) político (s) e *métier* (s) da escrita, entre definições dominantes do 'homem político' e definições dominantes do 'homem de letras'".

De par com a aceitação da existência de amálgamas e intercruzamentos de lógicas e domínios, derivando em um espaço social marcado pela plasticidade e fluidez das fronteiras que poderiam delimitar as suas esferas específicas, propõe-se aqui que a dedicação em oferecer escritos (análises técnicas, narrativas históricas, posicionamentos ideológicos, etc.) pode significar: a) uma forma de submissão à lógica do jogo social em geral e ao político especialmente, haja vista que escrever ocupa uma posição de excelência frente a outras formas de produção de bens simbólicos (como teatro, música, dança, discurso...); b) um trunfo contundente na concorrência de homens e mulheres com carreiras eletivas entre si e com outros agentes pela imposição de sentidos sobre o mundo social; c) uma oportunidade de ativação de estratégias de subversão do jogo ou

simplesmente de "saída" da rotina mais pragmática das atividades políticas; d) e, finalmente, a chance de demarcação de uma singularidade que justifica e maximiza o potencial distintivo de representação (política) pleiteado.

A idéia de submissão visa enfatizar que os especialistas que disputam entre si a imposição de representações e categorizações (que beneficiariam as posições que eles próprios assumem), estão também subordinados a valores e práticas dominantes. Assim, escrever não é somente uma escolha, um ensejo para demonstrar a capacidade de reflexão ou uma ocasião de estabelecer versões autorizadas. Tal prática pode significar uma injunção, um "dever", ou refletir uma forma de constrangimento (do meio de inscrição, das origens, dos oponentes, dos profanos, etc.), enfim, apresentar-se como uma exigência (afirmada, por exemplo, nas ocasiões em que não são os próprios políticos que escrevem, mas que assinam a autoria de determinados publicações). Seguindo as orientações de Elias (2001, p. 264-265) sobre a "relação entre coerção e contra-coerção nas redes de interdependências humanas", estas coerções existem em diferentes direções, verticais e horizontais (ainda que não tenham a mesma intensidade nas distintas vias).

Todavia, a mesma injunção constitui-se como expediente de luta importante na ordenação de batalhas, mediante a composição das estratégias de concorrência (e afinidades) com outros domínios sociais como os universitários, os religiosos, os jurídicos e os midiáticos. Se os porta-vozes desses espaços autorizam-se todo o tempo a posicionar-se sobre e no universo da "representação" política e muitas vezes a concorrer com os profissionais da política pelo papel de representante da opinião pública (MARQUETTI, 2001; CHAMPAGNE, 1998; NEVEU, 2006; GARRAUD, 2001; CHARLE, 1990, entre outros), o trabalho intelectual das lideranças políticas coloca-se como uma forma de intervenção na definição e tomada de posição acerca de problemas sociais considerados legítimos. O que, como foi dito, favorece a multidimensionalidade de lógicas e tráfegos de agentes ou tráfegos de produtos sem grandes interdições ou a necessidade de expressivas re-traduições.

A produção escrita desponta, então, não somente como recurso de distinção e critério de hierarquização endógeno, mas também coadunado a dinâmicas de concorrência e complementaridade mais amplas com outros domínios e agentes em interdependência. Isto é, os textos produzidos não necessariamente se inscrevem apenas na disputa interna aos domínios políticos, mas podem igualmente participar do processo concorrencial de redefinição das posturas intelectuais, assim como de lugares no espaço de poder mais amplo.

Conjuga-se ao processo que delinea um campo de disputa e de hierarquização internos e externos, aquele em que a profissionalização da atividade política é acompanhada pelo afloramento do seu descrédito (muito devido à expansão e diversificação dos espaços e repertórios de mobilização política; à competição com outros porta-vozes, mencionados acima; às considerações

cínicas do cinismo político, entre outros). Em uma configuração caracterizada pela conjunção de referências que depreciam ou desqualificam a posse de cargos eletivos, adicionada à escalada do conhecimento técnico e à persistente valorização de uma condição de intelectual, a conquista de altas posições no ranking político parece depender das aptidões para se apresentar como um profissional híbrido (político, intelectual, especialista, militante...).

Como realçou Boschetti (2006, p. 494), retomando as análises de Pierre Bourdieu, o campo político pode, em certa medida, aproximar-se de um dos princípios fundamentais de delimitação das fronteiras do campo literário que é a denegação do interesse econômico. Ou seja, o "político" deve de alguma maneira, "dar provas de seu desinteresse material e mundano, de sua independência em relação ao poder econômico".

Afora as imposições de um determinado perfil que corresponderia aos códigos do sucesso político, a produção escrita pode significar também, para os agentes em competição, tanto a chance de tentar modificar os critérios que pautam o jogo social e político como apenas um desvio do cotidiano das responsabilidades políticas. Neste caso, como ato de criação, esta prática é entendida como possibilidade de mediação entre princípios da *responsabilidade* e da *convicção*, nos termos weberianos, e permite pensar o espaço político como um *transcendental histórico*, isto é, ao mesmo tempo como um "campo de censura" e "meio de expressão", que circunscreve o espaço dos possíveis e dá brechas à inventividade (BOURDIEU, 1996, p. 266).

Portanto, a produção escrita aparece como uma forma de não subordinar-se à rotina do papel; de conjugar as urgências do jogo político à capacidade de reflexão e distanciamento em relação às mesmas; de explorar a margem para as transmutações possíveis. Trata-se, assim, de entender que, por um lado, a atividade escrita traz à tona uma dimensão relacionada à racionalização do trabalho político, que requer compromissos com os resultados, o exercício de papéis prescritos, de aquiescência a regras, etc. E que, por outro lado, ela admite as invenções razoáveis; os usos possíveis dos possíveis dados; a externalização de convicções, "projetos", posições dissonantes ou desviantes expressos, sobretudo, nos gêneros de escrita.

O último aspecto que se deseja salientar (articulado com o que vem sendo dito) refere-se à consideração de que, instituindo representações através dos escritos, as lideranças políticas podem se re-estabelecer como "representantes" legítimos, balizando sua singularidade. Com efeito, "arte de representar" e a "arte de escrever" encontram-se imbricadas e, possivelmente, compõem um princípio organizador das práticas que se impõe gerando efeitos, mesmo que frágeis, de refração para o espaço político.

Perceber como agentes com carreiras eletivas e voltados para posicionar-se sobre "questões políticas" ou politizáveis dedicam-se a engendrar bens simbólicos permite entender as bases da

construção de representações sobre o mundo social compatível com as representações que forjam sobre eles mesmos e, inclusive, fundamentando seu potencial como "representante".

É preciso, em síntese, atentar para a existência de correspondências entre determinadas condições históricas, perfis e condicionantes sociais, políticos e culturais que estão na base de carreiras políticas erguidas em consonância com as predisposições dos agentes para investir em certas posturas de escrita e publicação.

Duplo investimento e seleção social

Para a operacionalização da pesquisa, o ponto de partida foi um levantamento prévio nos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) da Fundação Getúlio Vargas (2011), que permitiu detectar e reagrupar os personagens que exerceram cargos eletivos (de deputados e senadores) e para os quais foram elencadas obras publicadas. Foram então reunidos 1.181 casos que satisfazem os critérios mencionados e que expressam regularidades (frequências) em termos de origem geográfica (estados em que atuaram), conjunturas (período em que exerceram os cargos) e os tipos de textos aos quais se dedicaram como: trabalhos mais técnicos que explicitam o uso de competências específicas (profissionais, militantes, escolares...); discussões de cunho mais generalista (edificadores de projetos de sociedade, ideologias, identidades...); produções literárias (romances, novelas, contos, crônicas e poesias); narrativas, descrições ou análises históricas sobre personagens e/ou eventos; e *confissões políticas* (memórias e autobiografias).

Em termos de distribuição geográfica, há uma correspondência com a importância política, econômica e numérica (no interior da Câmara dos Deputados) por estados e por regiões. Percebe-se o destaque de estados do sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, que fornecem os maiores índices), do sul (Rio Grande do Sul e Paraná) e do nordeste (Bahia, Ceará e Pernambuco), por ordem de frequência. Não é por acaso que nessas configurações regionais, em primeiro lugar, concentraram-se, durante o século XX, além das elites políticas, intelectuais e econômicas do país, as grandes instituições educacionais, as redes de políticos e intelectuais, os círculos de sociabilidades que contribuíram para a formulação de concepções de estado e projetos de nação. E nelas, em segundo lugar, nasceram as primeiras editoras, jornais e revistas que fomentaram a gênese e desenvolvimento do mercado editorial brasileiro.

Quadro 1: Distribuição por estados

ESTADOS	Quant.	%
Acre	11	0,9
Alagoas	31	2,6
Amapá	4	0,3
Amazonas	31	2,6
Bahia	71	6,0
Ceará	60	5,1
Distrito Federal	31	2,6
Espírito Santo	17	1,4
Goiás	30	2,5
Maranhão	28	2,4
Mato Grosso	13	1,1
Mato Grosso do Sul	8	0,7
Minas Gerais	143	12,1
Pará	42	3,5
Paraíba	37	3,1
Paraná	49	4,1
Pernambuco	74	6,3
Piauí	32	2,7
Rio de Janeiro	106	8,9
Rio Grande do Norte	21	1,8
Rio Grande do Sul	91	7,7
Rondônia	3	0,25
Roraima	6	0,5
Santa Catarina	33	2,8
São Paulo	186	15,7
Sergipe	23	1,9
Tocantins	0	0
Total	1181	100

Quadro 2: Distribuição por regiões

REGIÕES	Quant.	%
Sul	173	14,6
Sudeste	422	37,7
Centro-Oeste	112	7,1
Norte	97	8,2
Nordeste	377	32
Total	1181	100

Fonte: DHBB-FGV

Considerando que a fonte utilizada registra verbetes biográficos da elite pós-30 (sem deixar de considerar o trajeto anterior dos agentes), que o mercado político esteve fechado entre 1937 e 1945 e que houve uma significativa expansão do mercado editorial e dos índices de escolarização ocorridos entre os anos 1930 e 1960 (SORÀ, 2010; GARCIA JR, 1993a), são particularmente elucidativos os dados condizentes com a distribuição dos políticos que assinaram autorias de publicações conforme as décadas em que atuaram. Percebe-se a forte incidência de políticos que escreveram/publicaram nos anos 1950 e 1960, como atesta o quadro abaixo. Vale esclarecer que isso não significa que eles exerceram cargos durante 10 anos ou mais, mas somente informa a década em que o agente esteve, em algum momento preciso, atuante. Assim, as ocorrências indicam a conjuntura política e intelectual das inserções.

Quadro 3: Distribuição por décadas em que os agentes atuaram

DÉCADAS	Quantidade
1910	31
1920	38
1930	236
1940	253
1950	475
1960	407
1970	378
1980	395
1990	302

Fonte: DHBB-FGV

Pode-se avançar nessas pistas aliando a identificação acerca da longevidade ou brevidade das carreiras políticas à cronologia das simbioses entre atividade política e atividade de escrita. Sendo assim, chega-se a 352 casos cuja atuação dos agentes está restrita a determinada década, sendo as mais preponderantes: 1930 (83 casos) e 1950 (87)¹. Nota-se que essas carreiras mais curtas localizam-se no período do Estado Novo em que o "fechamento" do mercado eleitoral incidiu em bloqueios e adiamentos de percursos possíveis. Há ainda aqueles que atuaram politicamente durante duas décadas, somam 416 políticos, sendo os intervalos mais significativos: 1950-60 (82 casos); 1970-80 (88); e 1980-90 (127). Finalmente, observa-se que 413 parlamentares exerceram funções políticas em períodos que atravessam três décadas, destacando-se: 1930/1940/1950 (41 casos); 1940/1950/1960 (46); e 1970/1980/1990 (60)².

Com base nesses números é possível, a grosso modo, propor a configuração de três gerações de profissionais da política que se dedicaram às atividades de escrita, notadamente à publicação de livros. A primeira teria se constituído a partir das inscrições no decorrer da chamada República Velha ou por agentes que ingressaram no período varguista e saíram de cena na década de 1950. A outra teria aparecido na segunda metade da década de 1940, sendo os seus membros protagonistas dos embates políticos que marcaram os anos de 1950 e de 1960. E, finalmente, a terceira se formaria dos agentes que coabitam o espaço político desde os anos de 1970 e que parecem investir, progressivamente, na profissionalização de suas atividades (o que, é claro, tem efeitos sobre os traços que vão especificar os perfis e formas de intervenção política dos agentes no século XXI).

¹ Não foram considerados os casos que ingressaram nos anos 2000.

² Para essa contagem foi descartada a década de 2000, uma vez que contempla políticos cujas carreiras estão em transcurso e, portanto, não se pode mensurar o tempo de duração.

Duas tendências devem ser grifadas. Por um lado, observa-se a propensão para a existência de mais casos de parlamentares que escreveram nas décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, verifica-se a ocorrência de um movimento que tende a maior profissionalização nas últimas décadas. Assim, em uma extremidade, localizam-se os notáveis que se dedicam tanto à política quanto às atividades de escrita como *hobbies*. E, em outra extremidade, estão os profissionais da representação que escrevem sobre temáticas esteadas por suas "competências" e especialidades. Esta constatação é mais adequadamente fundamentada com a exposição das informações subseqüentes.

A ordenação por gêneros do conjunto de publicações disponíveis trouxe à superfície uma variedade de usos da escrita e de repertórios ativados como mecanismo de legitimação. A classificação mostra que 44% das produções enquadram-se nos escritos generalistas, 25% portam sobre temáticas especializadas ou setoriais, 13% são de biografias históricas, 9,9 % referem-se à literatura e apenas 2,8% dedicam-se às confissões políticas.

Quadro 4: Distribuição de livros por gêneros

GÊNEROS	Quant.	%
Setorial	1016	25
Generalista	1803	44
Biografias históricas	531	13
Literatura	401	9,9
Confissões políticas	112	2,8
Não-Classificado	199	4,9
Total	4062	100

Fonte: DHBB-FGV

Essas frequências são somente um dos indicadores que encaminham para a apreensão de aspectos como: o processo de consolidação do gênero setorial e de progressivo uso de conhecimentos técnicos ou especializados (voltadas para a gestão e representação política); a persistência ao longo do tempo da relevância em escrever sobre as questões da atualidade (generalistas); e o declínio de gêneros como o literário e o investimento em biografias históricas, que paulatinamente são monopolizados por profissionais da literatura, história ou ciências humanas.

Com efeito, para uma melhor apuração dessas considerações, propõe-se o teste de correspondências entre os gêneros de escrita e variáveis referentes: aos períodos históricos (décadas de entrada na política dos autores); à posição alcançada na hierarquia política (cargos eletivos e administrativos mais altos ocupados); e à posição social (mediante indicadores como títulos escolares, instituições em que foram obtidos e profissões exercidas).

Considerando que o foco privilegiado no estudo são as cadeias de interdependências (intersecções, contrabandos, concorrências, influências recíprocas, coações mútuas, invenções de

papéis, etc.) entre o mundo intelectual (literário, acadêmico, etc.) e o mundo dos especialistas da representação política (deputados e senadores), foram selecionados para a análise agentes com forte, constante e equilibrada dedicação tanto à carreira política quanto à produção intelectual. Quer dizer, são abordados aqueles localizados justamente nos *limites híbridos* forjados na consagração deste duplo e sistemático investimento (com múltiplas dimensões e lógicas), apresentando significativa profissionalização na arena política e um relativamente extenso rol de publicações. Logo, um dos procedimentos adotados foi o de descartar aqueles agentes que constam com uma participação fugaz no espaço político institucional, ainda que apresentem um vasto repertório de produtos culturais. Entende-se que isso pode indicar que são outras as atividades principais por eles exercidas (como jornalistas, literatos, juristas, historiadores...), podendo pesar no seu reconhecimento como “intelectuais” menos do que como “políticos”. O mesmo vale para o inverso. Ou seja, agentes com carreira política com alguma longevidade em contraste com uma exígua produção escrita foram igualmente desconsiderados. Desse modo, chegou-se a 299 casos.

Esse recorte levou à delimitação de uma população cujas propriedades sociais detectadas evidenciam correlações entre princípios de hierarquização social e de hierarquização/legitimação vigentes em domínios políticos, já apontados em vários estudos. Majoritariamente são profissionais da política (homens)³ que atuam nos principais estados do país em termos do chamado “peso político na federação”; pertencentes a “famílias de políticos”; advindos de alta extração social; com títulos escolares e profissionais tidos como de prestígio e considerados compatíveis com o exercício de funções políticas e atividades intelectuais; portadores de diplomas conquistados nas reputadas instituições de ensino superior do país. O que autoriza a identificação de uma “elite letrada e votada” (REIS e GRILL, 2008) no interior da “elite política”.

É possível perceber a conjunção entre: recrutamento em segmentos estabelecidos social e politicamente aos quais historicamente foi atribuído o papel de pensar, refletir, interpretar, decifrar “realidades”; exercício de ocupações ligadas a saberes, competências e condições de trabalho que ao mesmo tempo predis põem e impõe a prática da escrita; posse de títulos que certificam a simbiose direito/dever de escrever; pertencimento a “rodas” de letrados e personalidades públicas que facilitam a publicação e divulgação de obras, entre outras características.

Antes de prosseguir expondo propriedades e correlações que, acredita-se, descortinam o universo investigado, muito sucintamente, cabe acentuar alguns elementos gerais sobre as diferentes configurações de interdependência entre posições e papéis tidos como intelectuais e políticos tramados na dinâmica histórica brasileira. Sublinhando que os arranjos que os entrelaçaram podem ser apreendidos em via dupla, ou seja, tanto a partir das relações entre os “intelectuais” e o “mundo político” como daquelas entre os “políticos” e o “mundo intelectual”.

³ Apenas seis (6) são mulheres.

Inicialmente, sobressai na gênese da constituição do Estado nacional o contraste entre, de um lado, um efeito de sobreposição entre atividades de ensino e parlamentares ou de unificação das elites educadas, cosmopolitas (fortemente definidas pela importação do repertório europeu) e com "vocação política" (ALONSO, 2002; CARVALHO, 1996). Do outro lado, estaria localizada a massa daqueles sem as mesmas condi es de acesso ou aproxima o com tais oportunidades de poder.

O século XX trouxe como espólio do período imperial o peso da elite homogênea e coesa que vai se empenhar, notadamente a partir dos anos 20, na concep o da "identidade nacional" sob a égide de um Estado precocemente centralizado e com forte poder de penetra o em um meio social com fraco poder de mobiliza o (BADIE e HERMET, 1993; PÉCAUT, 1990; TRINDADE, 1985). Nota-se, então, um deslocamento nas posturas intelectuais e políticas com a atenua o da ideologia cosmopolita e a ascensão da atitude nacionalista, condicionado por estratégias de reconversão dos herdeiros de famílias dirigentes em declínio econômico (GARCIA JR., 1993b; MICELI, 1979).

O desenrolar desse processo foi a urgência de reconstru o do Estado nacional nos anos 30 e, no bojo, o avigoramento do mercado editorial cujas publica es, de forma não negligenciável, vinham imbuídas da temática nacionalista (GARCIA JR., 1993; PÉCAUT, 1990; MICELI, 1979). Destaca-se a série de reconfigura es pontuais que paulatinamente ocorriam como a transfer ncia do eixo dominante das transa es culturais da Europa para os E.U.A e as modifica es no espaço de possibilidades das carreiras intelectuais, gra as   diversifica o e expansão do mercado de diplomas universitários. O "estamento burocrático" da era Vargas, como frisou Miceli (1979), foi delineado a partir das posi es ocupadas por agentes recrutados e hierarquizados segundo seus recursos sociais, culturais e políticos; distribuídos em postos políticos, administrativos, técnicos e culturais; pautados pela agenda dos "problemas nacionais".

De dentro do Estado – seja ou não por coopta o, atrelando o trabalho burocrático ou político ao intelectual, estabelecendo distin es entre o "homem político" e o "homem de letras", etc. – o período que vai até os anos 60 deflagra o processo de especializa o das atividades políticas e das atividades intelectuais. O que não significa dizer que há um descolamento contundentemente umas das outras, haja vista que, a base do prestígio social conquistado no desempenho dessas atividades   construída com a atesta o de alguma forma de reconhecimento acumulado nas inscri es em ambos os domínios (CORADINI, 2003).

Os arranjos operados durante o Estado Novo (1930-1945) têm também tido impactos sobre a configura o política subsequente (1945-1964), em especial sobre o sistema partidário da denominada “democracia populista” – em grande parte composto por forças mobilizadas no "regime varguista" ou por setores da “oligarquia” marginalizados no mesmo período.

É preciso grifar desses processos, notadamente desencadeados nos anos 1930, fatores como: a aglutinação temporária de correntes políticas opostas e de agentes que são oriundos de um espaço político tradicional (descendentes de grandes proprietários) e são *outsiders* em relação às forças provinciais hegemônicas (São Paulo e Minas Gerais). Além disso, eles são marcados pelos bloqueios nas carreiras militares, jurídicas e políticas, que contribuíram para a ativação de estratégias de reconversão ao poder central das elites agrárias (GARCIA JR, 1993).

Em outra direção, complementar e não contraditória, percebe-se que a composição social dos partidos concorrentes nas décadas de 30 e 40, União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), são diversas em termos econômicos e sociais. Sendo a base privilegiada do recrutamento dos “udenistas” os “círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço de antigos clãs oligárquicos já atuantes durante a primeira República”; enquanto os “pessedistas” eram majoritariamente selecionados entre lideranças do empresariado industrial, entre o pessoal político das interventorias e entre alguns elementos das corporações burocráticas, como as militares. A maior ou menor proximidade com o poder central no Estado Novo constitui força de atração a uma ou outra sigla (MICELI, 1981, p. 563).

Conjuga-se a isso, o ingresso maciço de distintos segmentos no espaço de concorrência eleitoral a partir de 1945, ligados especialmente à imigração (descendentes de alemães, italianos, sírios, libaneses, japoneses...). A afirmação na arena política, nesses casos, estaria vinculada ao processo ascensional de mobilidade social e de reconversão de bases econômicas em bases de exercício do poder político-eleitoral. As estratégias escolares de obtenção de títulos escolares em instituições semelhantes àsquelas freqüentadas pelas “famílias tradicionais”, assim como a especialização em atividades comerciais e/ou empresariais, somaram-se ao capital de relações sociais acumulados e à condição de mediadores que tais “grupos familiares” adquiriram nas “colônias” ou “comunidades” as quais estavam ligados (CORADINI, 1998a; SEYFERTH, 1999; FAUSTO, 1995; TRUZI, 1995; GRILL, 2008).

No universo intelectual, Pécaut (1990) caracterizou a intervenção da geração culta constituída nos anos 1925 a 45 como de construção e decifração da “nação”; ao passo que aquela atuante nos anos 50 aos 60, do mesmo século, teria se voltado para a formulação de projetos de desenvolvimento econômico, para a promoção da emancipação das classes populares e para a garantia da independência nacional.

Os conteúdos atribuídos aos papéis e gramáticas intelectuais e políticas, assim como as formas de intervenção na “realidade”, alteraram-se durante as lutas de resistência ao regime militar e pela democratização do país. Entram em cena lideranças oposicionistas orientadas por versões de

marxismo, que inauguram seus engajamentos em movimentos estudantis, religiosos e organizações clandestinas; em que a universidade e os professores universitários ganham proeminência; as ciências sociais se afirmam como disciplina e como fonte para a aquisição de saberes para engajamentos múltiplos; agências internacionais, sobretudo americanas, investem no financiamento de instituições e de "competências" compatíveis com os ideais da "democracia"; novos partidos políticos são formados; entre outros. Na proliferação de causas, espaços e porta-vozes legítimos da gramática democrática, os debates em torno das políticas públicas apropriadas ocupam lugar central, mobilizando agentes que, numa perspectiva diacrônica e/ou sincrônica, podem exercer os papéis ou ativar lógicas híbridas como militantes, intelectuais, experts e políticos profissionais, dependendo das trajetórias e carreiras profissionais e políticas seguidas (REIS, 2012).

Deste modo, não é exagero afirmar que nas últimas décadas houve uma progressiva diversificação da composição social da chamada “elite política brasileira”. Tal constatação se ampara na identificação de uma diversidade de extrações sociais que convivem em diferentes âmbitos e posições nas hierarquias do universo político, e polarizam-se. De um lado, encontram-se os herdeiros de “grandes famílias” que combinam saberes e recursos advindos do espaço doméstico (socialização, patrimônio simbólico, redes de relações, etc.) com conhecimentos técnicos acumulados em escolas que se notabilizaram na formação de grupos dirigentes e em funções públicas (GRILL, 2008; CANEDO, 2011). Do outro lado, localizam-se, em proporções cada vez maiores, os agentes que acionam capital associativo (militância em associações, sindicatos, movimentos estudantil, igreja católica, guerrilha) em trajetórias ascendentes de ocupação de cargos eletivos – afirmando-se como novos segmentos na esfera política (REIS, 2008b; GRILL, 2008; CANEDO, 2008; CORADINI, 2007). Com efeito, novos repertórios de atuação e formas de legitimação da especialização na política se fixaram, sobretudo, clivagens entre concepções e modalidades de intervenção apresentadas como mais “técnicas” e outras consideradas como mais “militantes”, segundo os perfis, as posições e os objetos disputados pelos agentes (relacionalmente) em dado site de luta. Sem deixar de mencionar os múltiplos intercruzamentos entre elas e apropriações multifacetadas dos seus significados (CORADINI, 2002; REIS, 2008b).

As informações expostas a seguir permitem visualizar em detalhe parte dos processos de reconfiguração dos espaços políticos e intelectuais, assim como das imbricações que promovem. Os dados relativos à extração social e as correlações com registros de escrita em forma de livros são elucidativos da interligação entre seleção social, hierarquização política e recursos intelectuais.

Assinala-se que, em termos de estados de atuação, os casos analisados concentram-se em São Paulo (39), Minas Gerais (37), Rio de Janeiro (35), Bahia (28), Rio Grande do Sul (27), Pernambuco (24), Ceará (18) e Paraná (14). Somados, os parlamentares desses 7 estados chegam a 222 casos e representam aproximadamente 75% (3/4) do total analisado. Os demais estados (20)

contribuem com em torno de 25% (1/4) da amostra e não ultrapassam 9 casos por unidade da federação.

Foi possível identificar ainda, entre os 299 parlamentares considerados, a existência de 154 casos de agentes como pertencentes às chamadas “famílias de políticos” nos seus estados de atuação. Trata-se de descendentes e/ou ascendentes e/ou ligados por alianças matrimoniais a outros ocupantes de cargos eletivos (sem levar em conta os casos de parentes que ocupam cargos administrativos e burocráticos no espaço político mais amplo).

Além disso, entre as profissões dos pais detectadas, observou-se que esses últimos são: fazendeiros (47), militares de alta patente (24), empresários (17), comerciantes (20), advogados (13), magistrados (13), professores (7), altos ou médios funcionários públicos (8), médicos (7), engenheiros (3), dentistas, agricultores (2), historiador, tabelião, jornalista, embaixador, alfaiate, barbeiro, metalúrgico, pedreiro (1 de cada). Não há a informação para 131 casos.

No que tange às ocupações prévias, atenta-se para a concentração nas seguintes atividades: advogados/promotores (116), funcionários públicos (60), professores/professores universitários (42), médicos (25), empresários (21), jornalistas (20), militares (6), religiosos (5) e outras (4).

Há relativa correspondência com os títulos obtidos, a saber: Direito (170), Medicina (30), Economia (28), Ciências Humanas (24), Engenharias (21) e outras (14), e uma prevalência dos títulos obtidos em universidades federais e estaduais do país ou em escolas, faculdades e instituições que lhe deram origem, contabilizando 256 diplomas de nível superior obtidos. Entre as instituições de ensino superior destacam-se: a UFRJ (50 casos), a UFPE (36), a USP (36), a UFBA (30), a UFMG (25), a UFRGS (12), a UFCE (12), a UFPR (9), a UFAM (7), a UFPA (6). Essas instituições de ensino somam 223 locais de obtenção de títulos superiores entre os 287 identificados. E mais: 75 (1/4) dos casos têm pós-graduação, 289 (96%) dos casos têm graduação e 120 (40%) são membros de panteões de letrados como academias de letras e institutos históricos e geográficos dos seus estados.

Reforçando a prevalência de um segmento marcado pelo “aristocratismo ilustrado”, como definiu Coradini (1998) para a “elite médica”, a prática da escrita associada ao engajamento político ao longo do século XX no Brasil, foi predominantemente monopolizada por agentes com perfil considerado mais “conservador”. Inicialmente, os “políticos-bacharéis” de famílias “tradicionais” nos seus estados, posteriormente os “técnicos-políticos”⁴ possuidores de diplomas universitários, com saber especializado em áreas do conhecimento e passagem por cargos político-administrativos via ligações com políticos estabelecidos há décadas. Apenas mais recentemente, o ingresso de novos segmentos egressos do movimento sindical, estudantil, da “luta contra a ditadura”, etc.

⁴ “Políticos-bacharéis” e “técnicos-políticos” são termos que foram inspirados nas análises de DEZALAY e GARTH (2000).

produziu a diversificação do espaço político relativamente à composição social e às clivagens ideológicas. Logo, no tocante ao posicionamento ideológico, analisando as filiações partidárias e o trajeto político em termos de adesões e compromissos nos embates que participaram, é possível, a grosso modo, localizá-los em um espectro que vai da "direita", com 178 casos (ou aproximadamente 60% do total); passa por posições passíveis de serem classificadas como de "centro", com 90 casos (ou em torno 30 %); e chega na "esquerda", com apenas 31 casos (ou algo que gira próximo aos 10%).

Isso se traduz nos gêneros de escrita privilegiados e nas transformações relativas à incidência que podem ser observadas ao longo do tempo. Quando se toma o principal gênero de escrita praticado por cada um dos parlamentares analisados, chega-se a seguinte distribuição: 124 (41,5%) dedicam-se prioritariamente à escrita sobre assuntos ligados a determinado setor que exige algum conhecimento especializado (setoriais); 98 (32,5%) oferecem escritos sobre grandes temáticas ou generalidades (generalistas); 52 (17,5%) redigem sobre personalidades, movimentos, grupos, etc. (biografias históricas); apenas 23 (7,5%) investem especialmente na literatura ou produção de romances, contos, poesias, novelas, etc.; e somente 2 (0,7%) são marcados por terem produzido fundamentalmente confissões políticas como memórias, autobiografias, etc.

Porém, a ampla maioria dos agentes não se restringe a um tipo de registro somente. Pelo contrário, mais freqüentemente eles transitam por diferentes modalidades de escrita. Contabilizando os outros gêneros de escrita praticados pelos parlamentares (afora a principal mencionada acima), foi possível identificar que 110 (37%) produzem livros sobre temas gerais, 99 (33% do total) tratam de biografias históricas, 81 (27%) desenvolvem temas setoriais, 80 (27%) se destinam às confissões; e 42 (14%) aos textos literários.

Quadro 5: Principal Gênero de escrita

Gênero (principal)	n.	%
Setorial	124	41,5
Generalista	98	32,5
Biografias Históricas	52	17,5
Literatura	23	7,5
Confissões	2	0,7
Total	299	100

Quadro 6: Outros Gêneros

Gênero (outros)	n.	%
Generalista	110	37
Biografias Históricas	99	33
Setorial	81	27
Confissões	80	27
Literatura	42	14

Fonte: Fonte: DHBB-FGV

Cabe ressaltar que os gêneros "confissões" e "literatura", que trazem baixos índices como quando se busca o principal tipo de produção, aparecem com maior contundência quando o olhar recai sobre as outras modalidades de produção. Isso revela que há a prevalência de gêneros ligados diretamente à prática da representação política, isto é, que oportunizam a manifestação do político sobre temas especializados e relevantes para a administração pública, para a elaboração de tomadas

de posição sobre grandes questões da atualidade ou, ainda, para a intervenção sobre a memória política (nacional ou regional). Esses dados apontam também para as fronteiras melhor guardadas e para o caráter mais exigente em termos de capacidades e tempo de dedicação no domínio da literatura, logo menos compatível e acessível aos políticos profissionais, que renunciam ou que exercitam tal gênero de escrita esporadicamente, como *hobbie*. Já no que diz respeito às confissões, dois aspectos parecem interligados, quais sejam: a raridade do gênero como principal modalidade entre políticos que se dedicam à escrita; e a sua concentração entre profissionais da política com carreiras exitosas e que chegaram ao topo da hierarquia política, na maior parte dos casos com a produção de outros gêneros ao longo da vida⁵.

A forte presença dos gêneros setorial e generalista não deve ser tomada como homogênea e constante. Variações diacrônicas e correspondências entre perfis e modalidades de escrita permitem desvelar alguns aspectos de continuidades e descontinuidades nas vinculações entre o *métier* do político e a prática da escrita.

Entre os parlamentares que priorizam publicações setoriais há a seguinte distribuição por áreas de conhecimento: Direito = 40 (32,5%); Economia = 40 (32,5 %); Medicina = 16 (13%); Engenharia = 9 (7%); Educação = 12 (9%); Administração Pública = 4 (3 %); e Questões Rurais = 3 (2,5%). Observa-se uma polarização entre produções escritas ligadas ao Direito, em um extremo, e à Economia, no outro extremo. Entre elas a Educação, mais próxima do pólo de conhecimento “humanista”, e a Medicina e a Engenharia, mais próximas de um pólo “técnico”. Num eixo intermediário, encontram-se escritos ligados à administração pública e às questões rurais.

Tal clivagem adquire maior nitidez quando são testadas algumas associações. Há correlações significativas entre gêneros e décadas de ingresso dos políticos nas carreiras eletivas; e titulação escolar; e concepções de profissão; e padrões de carreiras políticas.

Há um aumento proporcional dos gêneros setoriais ao longo do tempo (em sentido inverso às biografias históricas e à literatura), com uma ampliação de temas setoriais ligados à Economia, à Administração Pública e à Educação, em detrimento do Direito. O que demonstra, por um lado, o incremento dos denominados recursos de competência técnica e entre os saberes conquistados, notadamente, em cursos de Direito, em Economia e em Ciências Humanas. Por outro lado, a combinação da atividade política com a do literato ou a do historiador autodidata se mostram cada vez menos viável.

⁵ Para uma análise sobre um sub-gênero dentro das confissões, isto é, a produção de memórias ou autobiografias, ver Grill (2011).

Quadro 7: Gêneros x Década de Ingresso na Carreira Eletiva

	Pré-30	30	40	50	60	70	80	Total
Setorial	18	17	14	20	18	18	19	124
Generalista	9	11	11	18	24	15	10	98
Biografias Históricas	14	13	7	12	3	3	-	52
Literatura	5	6	1	5	2	3	1	23
Confissões	1	1	-	-	-	-	-	2
Totais	47	48	33	55	47	39	30	299

Fonte: DHBB-FGV

A constituição de um pólo dito mais “humanista” e outro considerado mais “técnico” guarda relação com os tipos de diplomas de nível superior obtidos. É possível perceber no quadro abaixo a forte correlação entre a formação em Economia e o gênero setorial, bem como entre a formação em Ciências Humanas e a produção generalista. As chamadas formações tradicionais da “elite política” (Direito, Medicina e Engenharia), por sua vez, apresentam relativo equilíbrio entre os parlamentares que possuem tais titulações e se dedicam seja à escrita setorial, seja a generalista. Ou seja, é possível identificar uma divisão entre os titulados em Direito, em Medicina e em Engenharia, uma vez que alguns priorizam a produção sobre questões mais gerais (distanciando-se da especialização escolar) e outros acionam exatamente tais conhecimentos para legitimar seus escritos.

Quadro 8: Gêneros x Titulação Escolar

	Direito	Economia	C.Humanas	Medicina	Engenharia	Administração	Escola militar	Agronomia	NSA	Total
Setorial	59	24	4	17	11	2	4	2	1	124
Generalista	51	4	15	9	9	1	3	2	4	98
Biografias Históricas	41	-	2	3	1	-	1	1	3	52
Literatura	18	-	3	1	-	-	-	-	2	22
Confissões	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Totais	170	28	24	30	21	3	8	5	11	299 287

Fonte: DHBB-FGV

Do mesmo modo, quando são cotejadas as frequências das vinculações entre a principal ocupação prévia à carreira política e os gêneros de escrita preferidos, é viável apostar em padrões opostos de excelência profissional e de legitimação do título e dos produtos escritos (livros) advindos desses conhecimentos. Isso com exceção dos professores, que estão mais associados ao pólo “técnico” (setorial), e dos jornalistas mais ligados à literatura e generalidades. Profissionais do mundo jurídico, médicos, empresários e funcionários públicos se bifurcam entre aqueles que escrevem sobre temas relacionados às suas profissões (sem deixar de reivindicarem relevância

política) e aqueles que tomam posição sobre as grandes questões da agenda política (democracia, justiça social, etc.).

Quadro 9: Gênero x Ocupação Prévia

	Advogado/ Promotor	Professor	Médico	Empresário	Funcionário Público	Jornalista	Militar	Religioso	Outros	Total
Setorial	48	23	12	11	24	1	4	1	-	124
Generalista	35	11	9	7	23	7	1	1	4	98
Biografias Históricas	26	5	3	2	8	5	1	1	1	52
Literatura	7	3	1	1	4	6	-	-	-	22
Confissões	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Totais	116	42	25	21	60	20	6	4	5	299

Fonte:

Além da posição social, a posição política alcançada e os tipos de carreiras percorridas sinalizam para determinadas condições que predispõem e/ou autorizam para os diferentes empreendimentos de escrita. Tomando os cargos mais altos conquistados na hierarquia de postos políticos dos seus estados, verifica-se que os casos que chegaram somente à deputação federal tendem mais aos temas setoriais, e os políticos que alcançaram o governo do estado apresentam maior propensão a escrever sobre generalidades e biografias históricas. Já aqueles que chegaram ao Senado da República, estes se distribuem em proporções bastante semelhantes àquelas encontradas para o conjunto dos casos. É possível identificar, portanto, dois modelos de atuação parlamentar e de uso da escrita entre deputados federais, um mais setorial que predomina e se fortalece ao longo do tempo e outro mais generalista em leve declínio. Já entre os governadores, prevalece a figura do político preocupado com as grandes temáticas sociais e políticas e com a memória política, seus vultos e ícones.

Quadro10: Gênero x Cargo Eletivo Mais Alto Ocupado

	Deputado Federal	Senador	Governador	Total
Setorial	88	31	5	124
Generalista	49	25	24	98
Biografias Históricas	31	12	9	52
Literatura	16	4	3	23
Confissões	2	-	-	2
Totais	186	72	41	299

Fonte:

Se a ocupação de determinados cargos eletivos, bem como a dinâmica de concorrência e suas transformações ao longo do tempo, prescreve papéis e predispõe a gêneros de escrita, não menos importante para a constituição da notoriedade e prestígio social que autorizam a escrever e

publicar são os cargos administrativos. Examinado os cargos administrativos mais altos ocupados, percebe-se maior propensão a escrever sobre temas setoriais, na seguinte ordem, entre casos que alcançaram: presidências e diretorias de estatais, ministérios e secretarias de estado. Em outra direção, decresce a disposição para tal gênero entre aqueles que somente ocuparam cargos eletivos e aqueles que ocuparam assessorias, chefias de gabinete, cargos de confiança, etc. (outros), aumentando a frequência das biografias históricas, das generalidades e da literatura (essa última apenas entre políticos que somente ocuparam cargos eletivos). O que permite deduzir que entre os deputados federais e senadores há uma maior atração por questões setoriais (exigente em termos de detenção de competências específicas e certificadas), e a legitimidade para publicar sobre tais assuntos é fundada na posse de títulos escolares e ocupação de cargos técnicos.

Quadro 11: Gênero x Cargo Administrativo Mais Alto Ocupado

	Ministro	Presidente/Diretor Estatal	Secretário	Outros	Somente Eletiva	Total
Setorial	36	18	30	6	34	124
Generalista	21	5	23	9	40	98
Biografias Históricas	15	3	8	5	21	52
Literatura	1	3	5	1	13	23
Confissões	-	-	1	1	-	2
Totais	73	29	67	22	108	299

Fonte: DHBB-FGV

Fator que pode ser corroborado pela correlação entre padrões de carreira (construídos com base no tempo dedicado a mandatos eletivos e a cargos político-administrativos) e gêneros de escrita. Parlamentares com carreiras predominante eletivas escrevem proporcionalmente menos livros setoriais e mais livros sobre generalidades e literatura. Políticos com carreiras que mesclam atuações semelhantes (medidas em tempo) em cargos eletivos e administrativos tendem a escrever, proporcionalmente, mais sobre temas setoriais e menos literatura e generalidades. Por fim, senadores e deputados que passaram a maior parte da carreira política em cargos administrativos dedicam-se prioritariamente a produção setorial.

Quadro 12: Gêneros x Padrões de Carreiras Políticas

	Eletiva	Equilibrada	Administrativa	Total
Setorial	60	57	7	124
Generalista	68	30	-	98
Biografias Históricas	32	19	1	52
Literatura	20	3	-	23
Confissões	1	1	-	2
Totais	181	110	8	299

Fonte: DHBB-FGV

Lógicas Múltiplas e Registros Cruzados

Como foi demonstrado na seção anterior, há uma nítida distinção entre dois modelos. Sobressai, de um lado, um padrão dito mais “tradicional”: com formação “humanista”; ligação com “grandes famílias de políticos” estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX; passagem por cursos de direito, engenharia e medicina nas principais instituições de ensino superior do país (hoje universidades federais situadas em estados que contam decisivamente no “mapa político”); exercício da advocacia, promotorias, profissões liberais e/ou altos cargos no funcionalismo público; e a dedicação principalmente à escrita de temas generalistas, biografias históricas ou setoriais apoiados no saber e na atividade jurídica. E, do outro lado, um padrão tido como mais “moderno”: com formação “técnica”, constituído de egressos de segmentos que ascenderam social e politicamente mais recentemente; afeiçoados pela conjugação da posse de diplomas (notadamente economia e outras especialidades consideradas e exercidas como “técnicas”) e atividades profissionais (entre elas o magistério em universidades em um período mais profissionalizado) e/ou públicas atestadoras desses saberes; e que investiram primordialmente em temas setoriais voltados para as suas áreas de conhecimento em interface com a relevância política e administrativa.

Nos dois pólos há a predominância de políticos que articulam o conjunto de gêneros de escrita em proporções e temporalidades compatíveis com seus perfis sociais, suas carreiras políticas e suas seqüências de eventos, movimentos, experiências, concorrências e interações aos quais se submetem. Neste tópico são, então, apresentados 10 casos exemplares dos padrões e dos trajetos de ocupação de cargos políticos, assim como das lógicas da produção de livros entre esses especialistas do *métier* político. Por esse intermédio é possível perceber de forma mais detalhada os empreendimentos nos âmbitos políticos e intelectuais, abordando as influências recíprocas que provocam, uma vez que convertem notabilidades, administram a imagem, atualizam repertórios, se adaptam às agendas conjunturais, reposicionam-se sobre questões as mais diversas. Assim, com base nos cruzamentos e a partir dos registros de escrita (gêneros) e repertórios (temas) verificados, foi possível perceber diferentes padrões de interação entre atividade política e intelectual, apreender afinidades entre posição social e política bem como obter indicações sobre os fundamentos da autoridade para utilizar determinadas retóricas, e ainda poder comparar distintos momentos históricos e contextos regionais.

São contemplados no quadro abaixo 9 homens e 1 mulher; políticos atuantes em São Paulo (2), Minas Gerais (1), Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Sul (2), Pernambuco (1), Distrito Federal (1), Bahia (1) e Pará (1)⁶; formados em direito (4), em economia (2), em engenharia (1), em

⁶ Na primeira metade no Pará, depois no Distrito Federal.

administração (1), em educação (1) e sem formação superior (1); mais ligados às posições ditas de “direita” ou “conservadoras”, de “centro” ou “moderadas” ou de “esquerda” ou “progressistas”; oriundos da “famílias” que se estabeleceram social e politicamente em distintos períodos; que iniciaram suas carreiras em diferentes décadas do século XX; dedicados à carreiras predominantemente de cargos eletivos, administrativos ou equilibradas; etc. Enfim, procurou-se, por intermédio desses casos, a diversidade de perfis sociais e políticos em pauta.

Os personagens revelam a forte multiposicionalidade em termos de ocupações exercidas ao longo dos trajetos. Consta-se para a grande parte dos casos o trânsito por diferentes profissões e a passagem por experiências na iniciativa privada (como empresários ou funcionários), públicas (como funcionários de carreira ou cargos de confiança), em profissões liberais, magistério, etc. Sobretudo, destaca-se a proximidade com o mundo acadêmico (7 entre eles foram professores universitários) e jornalístico (9 chegaram a atuar como jornalistas ou escreveram, com alguma regularidade, artigos para jornais ou revistas).

Em termos de modalidades de escrita (gêneros e temáticas), confirmam-se alguns achados. Destaca-se, em primeiro lugar, que aqueles com perfis mais “tradicionais” (agentes provenientes de famílias mais antigas na política, com entrada ainda nos anos 1920 e 1930, carreiras jurídicas que mesclam advocacia, funções públicas e magistérios) apresentam um padrão composto. Isto é, os diferentes títulos se traduzem na alternância de ligações com gêneros igualmente distintos, com ênfase na discussão especializada sobre o Direito (em sua versão mais pública e humanista e menos técnica) e relativa dedicação às biografias históricas, à literatura e às confissões (memórias e autobiografias). Em segundo lugar, os perfis mais técnicos (agentes formados em Economia, Engenharia e Administração, com passagem por instituições universitárias em uma situação mais profissionalizada, portadores de diplomas de pós-graduação, alguns descendentes de imigrantes, entre outras características) dedicam-se com mais frequência a temas especializados (sobretudo quando reforçados pela ocupação de cargos administrativos). No entanto, não deixam de fazer incursões em outros gêneros e ainda é possível reparar a existência de clivagens entre eles, como aquelas desveladas entre os dois políticos com formação em economia (ligados a pólos ideológicos opostos) e entre os dois agentes que focalizaram temáticas relacionadas à educação (com realce mais administrativo/técnico ou humanista/social). Por fim, enfatiza-se a localização de conteúdos mais gerais e contemporâneos que delineiam as “causas” da esquerda que aparecem associados a políticos com ingresso mais recente no cenário público e que contam, nas suas biografias individuais e coletivas, com um histórico de militância em movimentos estudantis, sociais, religiosos, sindicais e políticos.

Origem Social	Percurso Escolar	Percurso Profissional	Carreira política	Principais Obras Publicadas
<p>Em MG, diversos membros da família de Afonso Arinos se destacaram como políticos, intelectuais e diplomatas, desde o Império. Entre eles, ocuparam cargos políticos e eletivos: avô paterno, avô materno, pai, tio e irmão. O pai foi diplomata e ministro das relações exteriores. Casou-se com a neta do ex-presidente da República (Francisco de Paula Rodrigues Alves).</p>	<p>- Colégios Brasileiro, Anglo-Mineiro e Arnaldo (onde foi colega de Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Ivan Lins, Gustavo Capanema e Gabriel Passos). - Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.</p>	<p>- Jornalista; - Promotor de Justiça; - Fiscal de bancos e advogado da Electric Bond and Share; - Assistente da Consultoria Jurídica do Banco do Brasil; - Chefe da cadeira de história do Brasil da Universidade do Distrito Federal; - Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires; - Membro da Comissão de Estudos Constitucionais (1986).</p>	<p>- Deputado constituinte (1933); - Deputado Federal (1948-1958); - Senador (1959-1967); - Senador (1987-1990).</p>	<p>Vasta obra, incluindo memórias (4 volumes), biografias históricas (entre elas sobre seu pai), ensaios e livros de história, direito e economia. Entre os quais: Responsabilidade criminal de pessoas jurídicas (1930); Introdução à realidade brasileira (1933); Preparação ao nacionalismo (1934); Conceito de civilização brasileira (1936); O índio brasileiro e a Revolução Francesa (1937); Roteiro lírico de Ouro Preto (1937); Espelho de três faces (1937); Terra do Brasil (1939); Um soldado do reino e do Império — a vida do marechal Calado (1942); Homens e temas do Brasil (1944); História do Banco do Brasil (1947); Curso de direito constitucional brasileiro (1º vol. 1958, 2º vol. 1960); Um estadista da República — Afrânio de Melo Franco e seu tempo (3 v., 1955); Estudos de direito constitucional (1957); Pela liberdade de imprensa (1957); Presidencialismo ou parlamentarismo (1958); A alma do tempo — formação e mocidade (1961.); A escalada (1965); Planalto (1968); Rodrigues Alves — apogeu e declínio do presidencialismo (1973); Problemas políticos brasileiros (1975); Alto-mar — maralto (1976); Direito constitucional (1976); Diário de bolso, seguido de retrato de noiva (1979); Amor a Roma (1982); O intelectual e a política (1983).</p>
<p>Filho de dois descendentes de italianos radicados em São Paulo, Delfim Neto ficou órfão aos 14 anos.</p>	<p>- Escola Técnica de Comércio; - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>- Contínuo e administrador das indústrias Gessy Lever; - Funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem (DER); - Professor USP; - Assessor econômico na Associação Comercial de São Paulo; - Membro do Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan)</p>	<p>- Secretário da Fazenda - SP (1966-1967); - Ministro da Fazenda (1967-1974); - Embaixador na França (1975-1978); - Ministro da Agricultura (1979); - Ministro Chefe Planejamento (1979-1985); - Deputado Federal (1987-2007).</p>	<p>Além de vários artigos em revista especializada, foi co-autor de O trigo no Brasil (1958) e O mercado do açúcar no Brasil (1958), e autor de: O problema do café no Brasil (1959); Alguns problemas da agricultura brasileira (1965); Alguns aspectos da inflação brasileira (1965); Agricultura e desenvolvimento (1966); Vinte anos de substituição do café brasileiro (1966); Planejamento para o desenvolvimento econômico (1966); Só o político pode salvar o economista (1986); Moscou, Freiburg e Brasília (1990) e Crônica do debate interdito (1998). Colaborou nos jornais Valor Econômico e Folha de S. Paulo e na revista Carta Capital.</p>
<p>Cristovão Buarque é descendente de “tradicional família” do estado de Pernambuco, ligada às letras e à política.</p>	<p>- Faculdade de Engenharia da UFPE; - especialização na Organização dos Estados Americanos (OEA); - Mestrado em Ciências Econômicas da UFPE; - Doutorado em economia do desenvolvimento na École Practique des Hautes Études, em Paris.</p>	<p>- Instrutor de diversos cursos para técnicos de nível superior na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); - Professor de Economia da Universidade Católica de Pernambuco (UCPE); - Diretor encarregado de projetos industriais da Consplan (Consultoria e Planejamento); - Professor de Economia da UFPE; - Professor de Economia da UNB; - Reitor da UNB.</p>	<p>- Chefe de gabinete do Ministério da Justiça (1985); - Governador do DF (1994-1998); - Ministro da Educação (2003-2004); - Senador (2003-2011);</p>	<p>Escreveu várias dezenas de livros (além de artigos em revistas científicas e em jornais), notadamente sobre economia e educação. Entre eles: Avaliação de projetos e distribuição de rendas entre classes e entre gerações (1980); A redescoberta da nação (1981); Introdução à economia (1981); Petróleo, dívidas e duas idéias atrevidas (1981); O fetichismo da energia (1982); Antes que naufraguemos (1988); A universidade transgressora (1988); A orquestra repartida (1988); Na fronteira do futuro: o projeto da UnB (1989); O colapso da modernidade brasileira (1991); A revolução na esquerda e a invenção do Brasil (1992); A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro (1992); O que é apartheid social brasileiro (1993); A revolução nas prioridades (1994); A aventura da universidade (1994); Os deuses subterrâneos (1994); Um tesouro na rua: uma aventura pela história econômica do Brasil (1995); Cortina de ouro: os sustos do final do século e um sonho para o próximo (1995); Medir a utopia além dos indicadores econômicos (1995); A atualidade da Ação Popular (1995); Reage Brasil (1995); Admirável mundo atual: dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado (2001).</p>

<p>Vários ascendentes de Pedro Calmon ocuparam funções públicas desde o século XVIII. Seus tios foram: Governador da Bahia e Deputado Federal, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906 a 1909 e Ministro da Agricultura de 1922 a 1926. Seu primo foi Deputado Federal e Ministro da Fazenda e seu irmão foi Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia.</p>	<p>- Ginásio da Bahia; - Faculdade de Direito (BA); - Faculdade de Direito do DF.</p>	<p>- Jornalista; - Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; - Advogado; - Professor da PUC/RJ; - Vice-reitor Universidade do Brasil; - Reitor da Universidade do Brasil.</p>	<p>- Deputado Estadual- BA (1927-1930); - Deputado Federal (1935-1937); - Ministro da Educação (1950-1951; 1960-1961)</p>	<p>Diversificada e extensa produção, percorrendo os diferentes gêneros de escrita. Alguns títulos de livros: Pedras d'armas (1923); Direito de propriedade à margem dos seus problemas jurídicos, sociológicos, históricos e políticos (1925); História da Bahia (das origens à atualidade), Compêndio para os colégios (1927); O tesouro de Belchior (1928); História da independência do Brasil (1929); José de Anchieta, o santo do Brasil (1930); O crime de Antônio Vieira (1931); Gomes Carneiro, o general da República (1933); História da civilização brasileira (1933); O marquês de Abrantes (1933); O rei cavaleiro (vida de Pedro I) (1933); O rei do Brasil (vida de d. João VI) (1935); Espírito da sociedade colonial (1935); História social do Brasil (3v., 1937-1939); Curso de direito (1938); História da Casa da Torre, uma dinastia de pioneiro (1939); Figuras de azulejo, perfis e cenas da história do Brasil (1940); Influências americanas nas letras brasileiras (1941); A princesa Isabel, a Redentora (1941); Brasil e América, história de uma política (1943), História da Faculdade Nacional de Direito (1891-1920) (1945); História de Castro Alves (1947); Curso de teoria geral do Estado (1949); História do Brasil na poesia do povo (1949); História das idéias políticas (1952); História do Brasil (7v., 1959); Brasília, catedral do Brasil — história da Igreja no Brasil (1970); História do Ministério da Justiça (1822-1922) (1972); Castro Alves, o homem e a obra (1973); Castro Alves (1974); História de d. Pedro II (5v., 1975).</p>
<p>O pai de Roberto Freire foi funcionário de pequenas empresas privadas, nos ramos do comércio e da indústria na capital pernambucana, e a mãe foi dona de casa.</p>	<p>- Faculdade de Direito da UFPE.</p>	<p>- Advogado de sindicatos rurais; - Funcionário Público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).</p>	<p>- Deputado Estadual (1975-1978); - Deputado Federal (1979-1994); - Senador (1995-2002); - Deputado Federal (2003-2007); - Deputado Federal por SP desde 2011.</p>	<p>Publicou artigos em jornais e revistas. É autor de livros com temáticas ligadas às causas e debates relativos à esquerda e ao socialismo como: Anistia (1982); Os grandes debates na Constituinte (1988); A esquerda democrática e as reformas (1992); Do judiciário e os princípios democráticos (1999); Repensando o socialismo, discutindo o Brasil (1992), Contemporâneos do futuro (sem data), Esquerda em novo tempo (1996); Tributo à História: uma homenagem a quantos lutaram por um sonho; Repensando o Socialismo Discutindo o Brasil (2001); A Reforma Política (2003); Vinte anos da Retomada do Processo Democrático no Brasil: O Papel do PCB na conquista da Democracia (2005); entre outros títulos.</p>
<p>Lisâneas Maciel é filho de advogado e pastor protestante. Seu tio-avô foi Deputado Federal por Minas Gerais (1894-1910), Senador, Presidente desse estado em 1930 e interventor de 1930 a 1933.</p>	<p>- Faculdade Nacional de Direito do RJ; - Pós-Graduação em Direitos Trabalhista (Washington)</p>	<p>- Assistente jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência Social; - Advogado, sócio de escritório no RJ; - Membro do Conselho Mundial de Igrejas, organização protestante com sede em Genebra (durante exílio e cassação); - Jornalista; - Fazendeiro.</p>	<p>- Deputado Federal (1971-1976; 1987-1992); - Subsecretário de Assuntos Especiais do governo estadual (1993-1994); - Coordenador Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência; - Vereador RJ (1997-1999).</p>	<p>Dedicou-se às temáticas ligadas ao sindicalismo, religião e política e conjuntura política. Entre os títulos: Sindicalismo, opção democrática (1963); Sindicatos cristãos; Ação cristã nos sindicatos; Integração e salário; Malogro da renovação política; Alternativa ao desespero; A tarefa política; Natureza da oposição; Terror na universidade; Grito da Igreja.</p>
<p>Paulo Paim nasceu e viveu até a adolescência em Caxias (RS). Filho de um metalúrgico e de uma</p>	<p>-Ginásio Santa Catarina em Caxias do Sul (RS); - Curso de Torneiro</p>	<p>- Funcionário de fábrica de vasos; - Vendedor de quadros; - Marceneiro;</p>	<p>- Deputado Federal (1987-2002); - Senador (2003-2011).</p>	<p>Publicou livros sobre questões as quais dedicou seus mandatos como: "salário mínimo", "quilombolas", "preconceito racial", "cidadania", etc., entre os quais estão os títulos: Os trabalhadores na Constituinte (1986); 40 horas semanais mais emprego, melhor qualidade de vida (1997); Caminhado para a igualdade racial (2000); Dia internacional para a eliminação da</p>

dona de casa foi criado entre outros nove irmãos.	Mecânico do Serviço Nacional da Indústria (SENAI)	- Metalúrgico		discriminação racial (1988); Em defesa da cidadania dos afro-brasileiros (1997). Sem falar em dois livros de poesias intitulados “Vida Sonhos e Poesias” (2001) e “Cumplicidade: política em poesia” (2004). Além das memórias intituladas O Rufar dos Tambores (2006). Assina artigos em jornais e revistas sobre as mesmas temáticas
Eurides Brito possui “origem humilde”. É filha de nordestinos que migraram para Capanema (PA).	- Faculdades de Pedagogia, História e Geografia (UFPA); - Pós-Graduação em Educação na Universidade do Brasil; - Pós-Graduação pelo programa de cooperação técnica (EUA)	- Professora de geografia no Colégio Moderno e no Colégio Estadual Magalhães Barata; - Diretora do Instituto Grão-Pará; - Professora da UFPA	- Secretária Estadual de Educação e Cultura (1964-1966); - Diretor do Departamento de Ensino do MEC; - Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal (1979-1982; 1999-); - Deputada Federal; - Deputada Distrital (1998-2010); - Gerente do Programa de Erradicação do Analfabetismo do Governo do Distrito Federal (2007-2010)	Publicou um grande número de obras tendo a educação como tema, entre as quais: A implantação do ensino de primeiro grau (1972); Implantação da reforma do ensino da região amazônica (1973); Articulação estado vs. município na implantação do ensino de primeiro grau (1973); A escola particular do primeiro grau: uma organização selvagem (1976); Repetência escolar (1977); Licenciatura curta no contexto da formação de professores para o ensino de primeiro e segundo graus: licenciatura de primeiro grau em ciências (1978); Pesquisa e formação de recursos humanos para o ensino de primeiro grau (1979); Integração da universidade com o ensino de primeiro e segundo graus (1980); Implantação de um sistema público de educação pré-escolar (1981); Educação pré-escolar na perspectiva do Conselho Federal de Educação (1982).
Adolfo Fetter Jr. é descendente de imigrantes alemães e pertencente a uma família de prósperos empresários no RS. Entre os aparentes, ocuparam cargos eletivos: avô, pai, tio, prima e esposa. O pai foi empresário.	- Colégio Gonzaga (Pelotas/RS); Faculdades de Administração (UCPEL) e Agronomia (UFPEL), Mestrado em Administração Pública (FGV) e Doutorado em Ciência Política (René Descartes – Paris)	- Membro da Assessoria e do Departamento de Planejamento e Coordenação do Banco Nacional da Habitação (BNH); - Professor: Faculdade Centro Educacional de Niterói; Universidade Santa Úrsula, Faculdades Integradas Estácio de Sá e Universidade católica de Pelotas (UCPEL); - Funcionário da Caixa Econômica Federal; - Empresário	Vereador (1982-1988); - Deputado federal (1991-2002); - Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (1995-1996); - Vice-prefeito de Pelotas (2005-2006); - Prefeito de Pelotas (2006-2011)	Além de vários artigos sobre política para os jornais Diário da Manhã e Diário Popular, publicou: Administração para o desenvolvimento: conceitos, relações e estratégias (1978); Modernização administrativa (1978); A adequação e a significância da atuação do sistema financeiro da habitação à realidade habitacional urbana brasileira: período 1970-1978 (1978), A representatividade da Câmara Municipal de Pelotas: período 1947-1983 (1985); O PPR e as eleições de 1994: Análise preliminar das respostas ao questionário proposto (1994); Os Vetter/Fetter (1997); Pioneiros, Aventureiros, Guerreiros e seus Herdeiros (1999); Metade Sul do Rio Grande do Sul: Lutas e Desafios (1999). Os dois últimos são estudos genealógicos sobre seus ascendentes e a ocupação da metade sul do Rio Grande do Sul.
Aluísio Mercadante é filho de um militar que alcançou o posto de general-de-exército e de comando na Escola Superior de Guerra (ESG) entre 1988 e 1990.	- Faculdade de Economia da USP; - Mestrado em Economia na UNICAMP; - Concluiu os créditos do Doutorado em Economia da UNICAMP.	- Professor da PUC/SP; - Coordenador do departamento de estudos da Central Única dos Trabalhadores; - Professor da Unicamp	- Deputado federal (1991-1995); - Candidato á vice-presidência; - Deputado federal (1999-2003); - Senador (2003-2011); - Ministro de Ciência e Tecnologia.	Publicou diversos trabalhos na área de economia em forma de artigos para revista, textos para jornais e livros. Entre os últimos: A crise da economia brasileira (1985); Fundo de greve: da resistência à autonomia sindical (1987); Imagens da luta, 1905-1985 (1987); Crises y sindicatos (1989); Trabalho: crise e alternativas (1995); Política econômica e custo Brasil: mitos e realidades (1997); O Brasil pós-real (1997), Brasil - primeiro tempo, contendo uma análise sobre o primeiro mandato de Lula (2007).

Fonte: Fonte: DHBB-FGV

Considerações Finais

A pretensão deste texto foi apresentar os encaminhamentos iniciais da investigação de um universo diversificado na sua composição e intrincado nas suas lógicas, princípios e dinâmicas. O aprofundamento do estudo exige empreendimentos mais refinados de pesquisa que permitam aperfeiçoar a apreensão do lugar (de embates e de consagrações) da produção escrita dentre os condicionantes de carreiras e de concepções políticas. Sendo assim, as considerações que seguem esboçam investimentos que sucederão esta primeira etapa de caráter mais exploratório.

Visando ponderar sobre as condições encontradas para a produção escrita entre “homens públicos”, tendo em vista as condições de expansão dos domínios “intelectuais”, é preciso explorar aspectos como: as fases de desenvolvimento do mercado editorial; as questões legítimas nos cenários nacional e regional nos quais estão inseridos; o lugar (editoras) por onde publicam; as estratégias de etiquetagem dos produtos; e as condições de recepção dos escritos (implicando o público leitor mais ou menos especializado ou intérpretes que podem ser outros políticos, intelectuais, acadêmicos, jornalistas, etc., e as conjunturas mais ou menos propícias a determinadas versões).

Acrescenta-se a isso a importância do investimento em uma análise acurada dos textos produzidos. Ou seja, constituir um *corpus* discursivo cuja sistematização, organização e exame permitirão observar a polifonia germinada das narrativas, articulando-a às múltiplas lógicas, ao mesmo tempo condensadas e vulneráveis a novas equivalências. Sem descuidar de situá-las relativamente às condições e aos condicionantes específicos da produção; às diferentes conjunturas e consumidores, submetidos aos seus próprios condicionantes de recepção e divulgação; aos condicionantes que intervêm no trabalho sociológico de tratamento do conjunto de mecanismos que, a cada circunstância, fazem da produção o que ela é; aos deslocamentos possíveis entre registros e gêneros no âmbito do texto, porém informados por trocas, conflitos, debates, releituras, reconfigurações de saberes, etc.

Em síntese, como sugere Le Bart (1998), a verificação quantitativa do maior ou menor investimento na produção e publicação por políticos não deve desconsiderar as características e os efeitos qualitativos desses investimentos, mormente no que diz respeito às possibilidades de apreensão das definições legítimas do *métier* político.

Referências

- ALMEIDA, A. W. *A ideologia da Decadência*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BADIE, Bertrand & HERMET, Guy. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BOSCHETTI, Anna. “Les transferts théoriques comme *ars inveniendi*. ‘Science des oeuvres’ et science de la politique” (Postface). In: COHEN, Antonin et alli. *Les formes de l’activité politique. Éléments d’analyse sociologique (XVIII-XX siècle)*. Paris : PUF, 2006. (pp. 485-507).
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- CANEDO, L B. “O capital político multiplicado no trabalho genealógico”. *Revista Pós Ciências Sociais*. V. 8, n. 15, 2011.
- CANEDO, L B . Continuidade e descontinuidade na ordem política brasileira: o caso de Minas Gerais. *Colóquio saber e poder*, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1996.
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Oliveira Vianna. De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói. O autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CHAMPAGNE, P. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des ‘intellectuels’ (1880-1900)*. Paris: éditions de minuit, 1990.
- CORADINI, O. L. “Engajamento associativo/sindical e recrutamento de elites políticas: “empresários” e “trabalhadores” no período recente no Brasil”. *Antropolítica*, v. 19, 2007.
- CORADINI, Odaci Luiz. “As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.
- CORADINI, O. L. “Origens Sociais, Mediação e Processo Eleitoral num município de imigração italiana”. PALMEIRA, M.; BARREIRA, I. (Orgs.) *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998a.
- CORADINI, Odaci Luiz.. “Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais”. In: FELIX, Loiva Otero et al. (orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 219-240, 1998b.
- DEZALAY, Yves et GARTH, Briant. “A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.43, jun. 2000.
- ELIAS, N. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FAUSTO, Boris. “Imigração e Participação Política na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris. et al.. *Imigração e Política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

- GARCIA JR., Afrânio. Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 98, juin 1993a.
- GARCIA Jr., A. “Reconversion des elites agraires: du pouvoir local au pouvoir national”. *Études rurales*, N.º 131-132, 1993b.
- GARRAUD, P. “La politique à l’épreuve du jugement judiciaire. La pénalisation croissante du politique comme ‘effet induit’ du processus d’autonomisation de l’institution judiciaire”. In : BRIQUET, J.L. ; GARRAUD, P. *Juger la politique : entreprises et entrepreneurs de la politique*. Paris : Préses Universitaires Rennes, 2001.
- GRILL, I. G. Gestão de imagens e teorias nativas do jogo político: “memórias” de ex-parlamentares no Brasil. Paper apresentado na IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL, 2011.
- GRILL, I. G. “Os usos de “ismos” em batalhas políticas e intelectuais (RS e MA)”. 34. Encontro Anual da Anpocs, 2010.
- GRILL, I. G. “Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. *Revista Sociologia e Política*, n.º 30, 2008.
- LE BART, C. “La construction sociale du genre ‘livre politique’”. In: ARNAUD, L; GUIONNET, C. *Les frontières du politique*. Paris: PUF, 2005.
- LE BART, C. “L’écriture comme modalité d’exercice du métier politique”. *Revue Française de Science Politique*. V. 48, 1998.
- MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que Carreiras Políticas na Esquerda e na Direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.22, n.º 64, 2007.
- MARQUETTI, D. “Le journalisme d’investigation: gènes et consecration d’une spécialité journalistique. In : BRIQUET, J.L. ; GARRAUD, P. *Juger la politique : entreprises et entrepreneurs de la politique*. Paris : Préses Universitaires Rennes, 2001. MICELI, Sergio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A., 1979.
- MICELI, S. “Carne e osso da elite política brasileira pós-30”. In: Fausto, B. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.
- NEVEU, E. ; LE BART, C. “Quand des énarques se font écrivains : un art du Grand Écrit ”. *Mots*, V. 54, n. 1, 1998.
- NEVEU, E. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo : Edições Loyola, 2006.
- NEVEU, E. “Métier politique: d’une institutionnalisation à une autre”. In: LAGROYE, J. (Org.). *La Politisation*. Paris: Belin, 2003b.
- NEVEU, E. “Le sceptre, les masques et la plume”. *Mots*, n.32, 1992.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. “Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil”. *Tomo* , v. 13, 2008, p. 127-168.
- REIS, E. T. dos . APROPRIAÇÕES DA GRAMÁTICA DEMOCRÁTICA, PERFIS MILITANTES E CONCEPÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA (RS E MA). Texto a ser publicado.
- REIS, E. T. dos . Um passo além do populismo e a afirmação de uma novidade política durante os anos de 1970 no Rio Grande do Sul. *Latitude (UFAL)*, 2011.

REIS, E. T. dos . Da Contestação à Profissionalização Política: capital social, capital militante e capital político. In: Igor Gastal Grill; Eliana Tavares dos Reis; José Barros Filho. (Org.). *Elites, profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: Editora da UFMA, 2008a.

REIS, Eliana T. dos . Em nome da participação popular : constituição de uma causa legítima e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul. *Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA)* (Cessou em 2005. Cont. 1983-4527 *Revista Pós Ciências Sociais (UFMA)*), v. 9/10, p. 105-132, 2008b.

RODRIGUES, L. M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.

SORÁ, G. *Brasilianas*. José Olympio e gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp, 2010.

SEYFERTH, G. “Etnicidade, política e ascensão social”. *Mana*, v. 5, n.2, p.38-58, 1999.

TRINDADE, Hélió. “Bases da Democracia Brasileira”. In: ROUQUIE, Alain et alli. *Como Renascer as Democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TRUZZI, O. “Sírios e Libaneses em São Paulo”. In: FAUSTO, Boris et al. *Imigração e Política em São Paulo* São Paulo: Editora Sumaré, 1995.